

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	8
DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	9

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	38
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	262.452
Preferenciais	0
Total	262.452
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	29/03/2016	Dividendo	29/03/2016	Ordinária		0,09830
Reunião do Conselho de Administração	29/03/2016	Dividendo	29/03/2016	Ordinária		0,13277
Reunião do Conselho de Administração	29/03/2016	Juros sobre Capital Próprio	29/03/2016	Ordinária		0,00796
Reunião do Conselho de Administração	29/03/2016	Juros sobre Capital Próprio	29/03/2016	Ordinária		0,01705

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	1.785.627	1.735.812
1.01	Ativo Circulante	340.734	278.159
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	272.661	209.104
1.01.03	Contas a Receber	63.189	63.642
1.01.03.01	Clientes	63.189	63.642
1.01.03.01.01	Clientes	63.075	63.573
1.01.03.01.02	Clientes - Partes Relacionadas	114	69
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.158	194
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.158	194
1.01.07	Despesas Antecipadas	912	2.285
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.814	2.934
1.01.08.03	Outros	2.814	2.934
1.01.08.03.01	Outros Créditos	2.814	2.934
1.02	Ativo Não Circulante	1.444.893	1.457.653
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	80.201	74.562
1.02.01.03	Contas a Receber	1.910	1.877
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.910	1.877
1.02.01.06	Tributos Diferidos	15.984	12.550
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15.984	12.550
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	62.307	60.135
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	62.307	60.135
1.02.03	Imobilizado	35.808	37.216
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	35.808	37.216
1.02.04	Intangível	1.328.884	1.345.875
1.02.04.01	Intangíveis	1.328.884	1.345.875

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	1.785.627	1.735.812
2.01	Passivo Circulante	134.428	122.635
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.607	5.331
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.607	5.331
2.01.02	Fornecedores	8.970	15.457
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	8.970	15.457
2.01.03	Obrigações Fiscais	9.071	9.826
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	9.071	9.826
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a recolher	9.071	9.826
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	41.191	28.746
2.01.04.02	Debêntures	41.191	28.746
2.01.05	Outras Obrigações	44.087	35.048
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	18.783	9.605
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	18.783	6.451
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	3.154
2.01.05.02	Outros	25.304	25.443
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.966	1.775
2.01.05.02.04	Obrigações com o poder concedente	19.136	18.641
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	4.202	5.027
2.01.06	Provisões	26.502	28.227
2.01.06.02	Outras Provisões	26.502	28.227
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	14.325	19.289
2.01.06.02.06	Provisão para imposto de renda e contribuição social	12.177	8.938
2.02	Passivo Não Circulante	1.266.192	1.223.611
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.088.367	1.054.463
2.02.01.02	Debêntures	1.088.367	1.054.463
2.02.02	Outras Obrigações	27.520	30.550
2.02.02.02	Outros	27.520	30.550
2.02.02.02.03	Obrigações com o poder concedente	19.351	22.121
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	8.169	8.429
2.02.04	Provisões	150.305	138.598
2.02.04.02	Outras Provisões	150.305	138.598
2.02.04.02.04	Provisão para perda tributária, trabalhista e cível	72.118	69.025
2.02.04.02.05	Provisão para Manutenção	75.538	66.966
2.02.04.02.06	Provisão para Obras Futuras	2.649	2.607
2.03	Patrimônio Líquido	385.007	389.566
2.03.01	Capital Social Realizado	302.547	302.547
2.03.01.01	Subscrito	314.052	314.052
2.03.01.02	A Integralizar	-11.505	-11.505
2.03.02	Reservas de Capital	491	491
2.03.02.07	Plano de Opção com Base em Ações	491	491
2.03.04	Reservas de Lucros	60.728	86.528
2.03.04.01	Reserva Legal	60.509	60.509
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	219	26.019
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	21.241	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	227.941	230.668
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-75.731	-93.134
3.03	Resultado Bruto	152.210	137.534
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-16.450	-11.730
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-16.441	-11.728
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-9	-2
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	135.760	125.804
3.06	Resultado Financeiro	-44.086	-48.397
3.06.01	Receitas Financeiras	10.750	4.938
3.06.02	Despesas Financeiras	-54.836	-53.335
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	91.674	77.407
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-28.797	-23.564
3.08.01	Corrente	-32.231	-26.186
3.08.02	Diferido	3.434	2.622
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	62.877	53.843
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	62.877	53.843
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,23255	0,19913

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	62.877	53.843
4.03	Resultado Abrangente do Período	62.877	53.843

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	148.411	132.103
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	151.875	149.879
6.01.01.01	Lucro Líquido	62.877	53.843
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	31.627	30.280
6.01.01.03	Perda/Baixa do ativo imobilizado e intangível	31	4.562
6.01.01.05	Encargos financeiros e variação monetária sobre debêntures	46.349	47.882
6.01.01.06	Variação monetária sobre obrigações com o poder concedente	2.079	1.761
6.01.01.07	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	614	1.463
6.01.01.08	Atualização monetária de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	2.813	1.612
6.01.01.09	Tributos diferidos	-3.434	-2.622
6.01.01.10	Premio de Opções	0	62
6.01.01.11	Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	-134	-39
6.01.01.12	Provisão p/ manutenção e construção de obras futuras	8.211	10.611
6.01.01.13	Atualização monetária de provisão p/ manutenção e construção de obras futuras	2.727	1.907
6.01.01.14	Levantamento dos depósitos judiciais	81	26
6.01.01.15	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-1.962	-1.469
6.01.01.16	Juros capitalizados	-4	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.464	-17.776
6.01.02.01	Clientes	632	8.139
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-964	-1.453
6.01.02.03	Despesas antecipadas	1.373	1.190
6.01.02.04	Outros créditos	87	-2.193
6.01.02.05	Fornecedores	-6.487	-12.408
6.01.02.06	Obrigações sociais e trabalhistas	-724	-1.147
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-755	-1.414
6.01.02.08	Partes relacionadas - fornecedores - contas a receber	9.133	12.149
6.01.02.09	Outras contas a pagar	-1.085	-4.507
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social	3.239	-6.828
6.01.02.11	Pagamento dos depósitos judiciais	-291	-285
6.01.02.12	Pagamento de perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-334	-1.654
6.01.02.13	Pagamento de manutenção	-7.288	-7.365
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-13.255	-914
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-888	-490
6.02.02	Aquisição de intangível	-12.367	-424
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-71.599	-58.569
6.03.01	Obrigações com o poder concedente	-4.354	-4.163
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-67.245	-54.406
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	63.557	72.620
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	209.104	48.187
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	272.661	120.807

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	302.547	491	86.528	0	0	389.566
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	491	86.528	0	0	389.566
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-25.800	-41.636	0	-67.436
5.04.06	Dividendos	0	0	-25.800	-34.847	0	-60.647
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-6.789	0	-6.789
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	62.877	0	62.877
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	62.877	0	62.877
5.07	Saldos Finais	302.547	491	60.728	21.241	0	385.007

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	302.547	409	76.740	0	0	379.696
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	409	76.740	0	0	379.696
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	62	-16.000	-39.848	0	-55.786
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	62	0	0	0	62
5.04.06	Dividendos	0	0	-16.000	-34.924	0	-50.924
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-4.924	0	-4.924
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	53.843	0	53.843
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	53.843	0	53.843
5.07	Saldos Finais	302.547	471	60.740	13.995	0	377.753

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	249.023	250.774
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	234.143	223.254
7.01.02	Outras Receitas	9.794	9.428
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	5.086	18.092
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-50.290	-65.792
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-36.904	-56.003
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-13.386	-9.789
7.03	Valor Adicionado Bruto	198.733	184.982
7.04	Retenções	-31.627	-30.280
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-31.627	-30.280
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	167.106	154.702
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	10.750	4.938
7.06.02	Receitas Financeiras	10.750	4.938
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	177.856	159.640
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	177.856	159.640
7.08.01	Pessoal	9.562	8.008
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.124	5.584
7.08.01.02	Benefícios	2.064	2.164
7.08.01.03	F.G.T.S.	374	260
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	49.879	43.659
7.08.02.01	Federais	37.702	32.057
7.08.02.03	Municipais	12.177	11.602
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	55.538	54.130
7.08.03.01	Juros	12.300	11.337
7.08.03.02	Aluguéis	702	795
7.08.03.03	Outras	42.536	41.998
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	62.877	53.843
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	6.789	4.924
7.08.04.02	Dividendos	34.847	34.924
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	21.241	13.995

Comentário do Desempenho

Ecovias dos Imigrantes anuncia resultados do 1T16

Lucro líquido cresceu 16,9% no 1T16

São Bernardo do Campo, 12 de maio de 2016 – A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. anuncia seus resultados referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016 (1T16). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao trimestre findo em 31 de março de 2015 (1T15).

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- O volume de tráfego, no 1T16, registrou 16.257 mil veículos equivalentes pagantes, redução de 0,5%.
- O EBITDA, no 1T16, foi de R\$ 167,4 milhões (margem EBITDA de 73,4%), crescimento de 5,8 pontos percentuais. O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$ 175,5 milhões com margem EBITDA Pró-forma de 78,8%.
- A receita líquida foi de R\$ 227,9 milhões no 1T16, redução de 1,2%.

Destaques (em milhões de R\$)	1T16	1T15	Var.
Tráfego Total – (em milhares de veículos equivalentes pagantes)	16.257	16.331	-0,5%
Tarifa Média ¹	14,40	13,67	5,3%
Receita líquida	227,9	230,7	-1,2%
Lucro líquido	62,9	53,8	16,9%
EBITDA Pró-forma ²	167,4	156,1	7,2%
Margem EBITDA Pró-forma	78,8%	78,4%	+0,4 p.p.
Capex	18,7	8,3	125,3%

¹ em Reais

² Exclui Receita e Custo de Construção, Provisão para Manutenção

COMPANHIA

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias dos imigrantes” ou “Companhia”) opera o Sistema Anchieta-Imigrantes, que liga a região metropolitana de São Paulo com o porto da cidade de Santos, o maior da América Latina, o Polo Petroquímico de Cubatão, as indústrias do ABCD Paulista e a Baixada Santista. O contrato de concessão para administrar seus 176,8 quilômetros de extensão, com movimento anual superior a 40 milhões de veículos pedagiados, foi firmado em 1998, com o Estado de São Paulo. A ligação da maior cidade do País com a região turística da Baixada Santista constitui-se também no mais importante corredor de importação/exportação da América Latina, de importância vital para a economia brasileira.

Comentário do Desempenho

O sistema Anchieta-Imigrantes é formado pelas rodovias Anchieta (SP-150), Imigrantes (SP-160), Padre Manoel da Nóbrega (SP-055, antiga Pedro Taques), Cônego Domênico Rangoni (SP-248/055, antiga Piaçaguera-Guarujá) e duas interligações entre a Anchieta e a Imigrantes, no Planalto Paulista (SP-041) e na Baixada Santista (SP059).

Modelo no setor de concessão rodoviária no Brasil, a Ecovias dos Imigrantes foi a primeira concessionária de rodovias do mundo a obter o Certificado de Gestão Ambiental ISO 14001, além de possuir certificações em Qualidade (ISO 9001) e Saúde e segurança do Trabalho (OHSAS 18001).

ANÁLISE DO RESULTADO

VOLUME DE TRÁFEGO

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 16.257 mil no 1T16, redução de 0,5% em relação ao 1T15.

VOLUME DE TRÁFEGO			
(veículos equivalentes pagantes x mil)	1T16	1T15	Var.
Passeio	9.531	9.386	1,5%
Comercial	6.726	6.945	-3,2%
Total	16.257	16.331	-0,5%

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículo equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

TARIFA MÉDIA

A tabela abaixo demonstra a tarifa média por veículo equivalente pagante:

Tarifa Média (em R\$)	1T16	1T15	Var.
Ecovias dos Imigrantes	14,40	13,67	5,3%

Nota: o cálculo da Tarifa Média Consolidada é realizado através da média ponderada das tarifas médias de cada concessionária.

Em 01 de julho de 2015, a Ecovias dos Imigrantes obteve reajuste contratual de 4,11% pelo IGP-M. No caso do reajuste contratual da Ecovias dos Imigrantes, será aplicado o menor dos índices entre IGP-M e IPCA e quando for aplicado o IPCA, a diferença entre os índices será apurada a cada dois anos e compensada através de extensão de prazo da concessão. Além disso, a tarifa média na Ecovias dos Imigrantes foi impactada pelo maior fluxo de veículos nas praças de pedágio que possuem tarifas maiores.

RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$ 249,0 milhões no 1T16, redução de 0,7%, sendo influenciada, principalmente, pela redução na receita de construção.

Comentário do Desempenho

Receita Bruta			
(em milhões de R\$)	1T16	1T15	Var.
Receitas de Pedágio	234,1	223,3	4,8%
Receitas Acessórias	9,8	9,4	4,3%
Receita de Construção ICPC-01	5,1	18,1	-71,8%
Total	249,0	250,8	-0,7%

Receita de Pedágio - crescimento de 4,8% no 1T16, resultante do reajuste contratual nas tarifas de pedágio em julho de 2015, do volume de tráfego e do maior fluxo de veículos nas praças de pedágio que possuem tarifas mais elevadas.

Receita Acessória – incremento de 4,3% no 1T16, proveniente, principalmente, do monitoramento de cargas especiais.

Receita de Construção – redução de 71,8% devido, principalmente, ao menor nível de obras contratuais no período.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Os custos operacionais e despesas administrativas tiveram redução de 12,1% e totalizaram R\$ 92,2 milhões. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$ 47,3 milhões, aumento de 3,1% no 1T16, ficando abaixo da inflação registrada no período (+9,4%)

Custos operacionais e despesas administrativas			
(em milhões de R\$)	1T16	1T15	Var.
Pessoal	9,6	8,0	20,0%
Conservação e manutenção	3,1	3,6	-13,9%
Serviços de terceiros	24,8	25,0	-0,8%
Poder concedente, seguros e locações	5,7	5,7	0,0%
Outros	4,1	3,6	13,9%
Custos caixa	47,3	45,9	3,1%
Depreciação e amortização	31,6	30,3	4,3%
Provisão manutenção ICPC 01	8,2	10,6	-22,6%
Custo de construção de Obras ICPC 01	5,1	18,1	-71,8%
TOTAL	92,2	104,9	-12,1%

EBITDA

O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$ 175,5 milhões com margem EBITDA de 78,8%.

Comentário do Desempenho

O EBITDA totalizou R\$ 167,4 milhões no 1T16, aumento de 7,2%. A margem EBITDA atingiu 73,4% no 1T16, aumento de 5,8 pontos percentuais em relação ao 1T15. O aumento na margem foi resultante, principalmente, da redução dos custos e despesas administrativas.

EBITDA			
(em milhões de R\$)	1T16	1T15	Var.
Lucro Líquido	62,9	53,8	16,9%
Imposto de renda e contribuição social	28,8	23,6	22,0%
Resultado Financeiro	44,1	48,4	-8,9%
Depreciação e Amortização	31,6	30,3	4,3%
EBITDA	167,4	156,1	7,2%
Margem EBITDA	73,4%	67,7%	5,8 p.p.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido no 1T16 foi negativo em R\$ 44,1 milhões, redução de 8,9%.

Resultado Financeiro			
(em milhões de R\$)	1T16	1T15	Var.
Varição Monetária, líquida	(35,2)	(37,2)	-5,4%
Juros sobre arrendamento mercantil e debêntures	(12,3)	(11,3)	8,8%
Outros efeitos financeiros	(2,6)	(0,7)	271,4%
Receitas Financeiras e outras	8,7	2,7	222,2%
Ajustes a valor presente ICPC-01	(2,7)	(1,9)	42,1%
TOTAL	(44,1)	(48,4)	-8,9%

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido totalizou R\$ 62,9 milhões no 1T16, crescimento de 16,8% em relação ao 1T15.

ENDIVIDAMENTO

A Ecovias dos Imigrantes encerrou março de 2016 com saldo de caixa, bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários vinculados de R\$ 272,7 milhões. O endividamento financeiro bruto da Ecovias dos Imigrantes (composto por empréstimos, financiamentos, debêntures e credor pela concessão) atingiu R\$ 1.168,1 milhões em 31 de março de 2016 e o endividamento financeiro líquido (dívida líquida sem considerar o saldo de credor pela concessão), foi de R\$ 856,9 milhões redução de 2,0% quando comparado com 31 de dezembro de 2015.

Comentário do Desempenho

Endividamento (em milhões de R\$)	31/03/2016	31/12/2015	Var.
Curto Prazo	41,2	28,7	43,6%
Debêntures	41,2	28,7	43,6%
Longo Prazo	1.088,4	1.054,5	3,2%
Debêntures	1.088,4	1.054,5	3,2%
Endividamento Financeiro Bruto¹	1.129,6	1.083,2	4,3%
Credor pela Concessão	38,4	40,8	-5,9%
Endividamento Bruto	1.168,0	1.124,0	3,9%
Caixa e equivalentes de caixa	272,7	209,1	30,4%
Dívida Líquida	895,3	914,9	-2,1%
Endividamento Financeiro Líquido¹	856,9	874,1	-2,0%

¹ Exclui a dívida com o credor pela concessão

CAPEX

O Capex realizado pela Ecovias dos Imigrantes totalizou R\$ 18,7 milhões no 1T16. Os principais investimentos realizados foram investimentos em pavimentação, conservação especial e aquisição de hardwares. Conforme os critérios de contabilização estabelecidos pelas normas contábeis (IFRS/ICPC), para as concessões de rodovias, os investimentos são contabilizados como Custo de Construção (Ativo Intangível) ou Custo de Manutenção (Provisão para Manutenção).

CAPEX (em milhões de R\$)	1T16		
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total
Capex	13,3	5,4	18,7

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2016: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity". Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$ 258,6 mil. A Companhia não contratou os auditores independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Ecovias" ou "Companhia") iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

A concessão, pelo prazo inicial de 20 anos, posteriormente postergado por mais 88 meses e 11 dias, mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios. O contrato de concessão possui vigência até outubro de 2025. As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 17.

A conclusão e emissão das informações trimestrais para o período findo em 31 de março de 2016 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 05 de maio de 2016.

2. Base de elaboração, apresentação das informações trimestrais e resumo das principais práticas contábeis

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board (IASB)" e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais, ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (doravante denominadas de "Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015"), publicadas no dia 16 de março de 2016 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Diário do grande ABC e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br e www.ecorodovias.com.br.

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015. Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, não há impactos relevantes para a Companhia.

Notas Explicativas

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e bancos	5.137	10.223
Aplicações financeiras		
Fundo de investimento (a)	266.345	196.888
Aplicações automáticas compromissadas (b)	1.179	1.993
	<u>272.661</u>	<u>209.104</u>

- (a) Fundo de investimento que se enquadra na categoria “renda fixa - crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 31 de março de 2016 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 45,95% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 45,40% em Operações Compromissadas e 8,65% em Letra Financeira (LF).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 100,3% (101,3% em 31 de dezembro de 2015) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 10% a 20% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis, mantendo esta modalidade com a taxa média de 10,0% do CDI (aplicações com permanência entre 1 e 14 dias), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata, e por estarem vinculadas a operações compromissadas não geram custos de IOF.

5. Clientes

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias. A composição está assim representada:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Pedágio eletrônico	57.511	57.866
Cupons de pedágio	2.613	3.121
Receitas acessórias	3.062	2.831
(-) Provisão para Créditos Liquidação Duvidosa - PCLD (a)	(111)	(245)
	<u>63.075</u>	<u>63.573</u>

- (a) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias no qual a Companhia está inserida estabelece que a constituição de PCLD seja realizada com base nos clientes vencidos há mais de 120 dias.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
A vencer	62.825	63.364
Vencidos:		
Até 30 dias	179	188
De 31 a 60 dias	71	21
Acima de 120 dias	111	245
	<u>63.186</u>	<u>63.818</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

Notas Explicativas

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Saldo inicial	245	114
Constituição de PCLD no período	20	38
Valores recuperados no período	(154)	(77)
	<u>111</u>	<u>75</u>

6. Despesas antecipadas

O saldo de R\$912 (R\$2.285 em 31 de dezembro de 2015) refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar, classificado no ativo circulante. Vide Nota Explicativa nº 28.

7. Tributos a recuperar

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
IRPJ e CSLL a recuperar	68	67
IRRF a recuperar	1.090	127
	<u>1.158</u>	<u>194</u>

8. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Saldo inicial	60.135	52.205
Adições	291	285
Baixas	(81)	(26)
Atualização monetária	1.962	1.469
Saldo final	<u>62.307</u>	<u>53.933</u>

Notas Explicativas

9. Imobilizado

	Custo			Depreciação			Residual		
	Saldos em 31/12/2014	Adições	Transf.	Saldos em 31/03/2015	Saldos em 31/12/2014	Adições	Transf.	Saldos em 31/03/2015	31/12/2014
Hardwares	100.469	378	-	100.847	(83.638)	(1.469)	-	(85.107)	16.831
Máquinas e equipamentos	17.864	18	2	17.884	(10.258)	(402)	1	(10.659)	7.606
Móveis e utensílios	6.055	-	1	6.056	(3.592)	(109)	(1)	(3.702)	2.463
Terrenos	3.304	-	-	3.304	-	-	-	-	3.304
Edificações	3.033	-	4	3.037	(998)	(53)	-	(1.051)	2.035
Veículos	6.069	-	(1)	6.068	(3.473)	(187)	(5)	(3.665)	2.596
Instalações	6.191	94	(6)	6.279	(1.773)	(160)	(1)	(1.934)	4.418
Outros	5.666	-	(4.792)	874	-	-	-	874	5.666
	148.651	490	(4.792)	144.349	(103.732)	(2.380)	(6)	(106.118)	44.919

	Custo			Depreciação			Residual		
	Saldos em 31/12/2015	Adições	Transf.	Saldos em 31/03/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Transf.	Saldos em 31/03/2016	31/12/2015
Hardwares	104.031	281	-	104.312	(89.534)	(1.448)	-	(90.982)	14.497
Máquinas e equipamentos	18.101	274	-	18.375	(11.709)	(326)	1	(12.035)	6.392
Móveis e utensílios	6.332	16	-	6.348	(4.035)	(115)	-	(4.150)	2.297
Terrenos	3.304	-	-	3.304	-	-	-	-	3.304
Edificações	3.437	-	-	3.437	(1.237)	(62)	-	(1.299)	2.200
Veículos	6.068	-	-	6.068	(4.100)	(135)	-	(4.235)	1.968
Instalações	8.157	317	-	8.474	(2.472)	(210)	(1)	(2.682)	5.685
Outros	873	-	-	873	-	-	-	-	873
	150.303	888	-	151.191	(113.087)	(2.296)	-	(115.383)	37.216

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de qualquer natureza. Para as debêntures (vide Nota Explicativa nº 13) não existem garantias dessa natureza.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Notas Explicativas

10. Intangível

	Custo						Amortização						Residual		
	Saldos em			Saldos em			Saldos em			Saldos em					
	31/12/2014	Adições	Baixas	Transf.	31/03/2015	31/12/2014	Adições	Transf.	31/03/2015	31/12/2014	Adições	Transf.		31/03/2015	31/12/2014
Taxas médias anuais de amortização %	2.304.963	400	(4.562)	4.837	2.305.638	(918.273)	(27.673)	6	(945.940)	1.359.698	(4.630)	(227)	-	(4.857)	1.386.690
	7.532	4	-	-	7.536	(4.630)	(227)	-	(4.857)	2.679	-	-	-	-	2.902
	370	20	-	(45)	345	-	-	-	-	345	-	-	-	-	370
	2.312.865	424	(4.562)	4.792	2.313.519	(922.903)	(27.900)	6	(950.797)	1.362.722	(922.903)	(27.900)	6	(950.797)	1.389.962
Contratos de concessão															
Softwares de terceiros															
Intangível em andamento															
Taxas médias anuais de amortização %	2.369.815	9.636	(31)	2.379.420	(1.027.013)	(29.097)	(1.056.110)	31/03/2016	31/03/2016	31/03/2016	31/03/2016	31/03/2016	31/03/2016	31/12/2015	31/12/2015
	8.259	15	-	8.274	(5.573)	(234)	(5.807)	(1.323.310)	(1.323.310)	(1.323.310)	(1.323.310)	(1.323.310)	(1.323.310)	1.342.802	1.342.802
	387	2.720	-	3.107	-	-	-	2.467	2.467	2.467	2.467	2.467	2.467	2.686	2.686
	2.378.461	12.371	(31)	2.390.801	(1.032.586)	(29.331)	(1.061.917)	3.107	3.107	3.107	3.107	3.107	3.107	3.107	3.107
Contratos de concessão															
Softwares de terceiros															
Intangível em andamento															

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, pois esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média de amortização em 31 de março de 2016 é de 4,91% ao ano (4,80% ao ano em 31 de março de 2015).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

No período findo em 31 de março de 2016 foram capitalizados encargos financeiros de R\$4 e em 31 de março de 2015 não foram capitalizados encargos financeiros.

Notas Explicativas

11. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

a) *Tributos diferidos*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balço patrimonial			Resultado	
	31/12/2015	Adições	Baixas	31/03/2016	31/03/2016
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	6.337	500	-	6.837	500
Provisão férias de diretor	119	4	-	123	4
Provisão para devedores duvidosos	54	2	(48)	8	(46)
Provisão para manutenção	30.848	2.073	-	32.921	2.073
AVP ônus concessão	1.118	198	-	1.316	198
Juros capitalizados	(652)	-	57	(595)	57
Efeito Lei 12.973 - Extinção RTT (*)	(25.274)	-	648	(24.626)	648
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	12.550	2.777	657	15.984	
Receita (despesa) de IR e CS diferido					3.434

Notas Explicativas

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
2016	4.142	3.835
2017	4.743	3.835
2018	3.971	3.835
2019 a 2023	3.971	3.835
Após 2023	(843)	(2.790)
	<u>15.984</u>	<u>12.550</u>

A Administração considera que as provisões temporárias ativas serão realizadas em um prazo de até cinco exercícios, em virtude da expectativa de reversão e/ou pagamento da provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis.

(*) Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB nº 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627), que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. Em 13 de maio de 2014, a MP 627 foi convertida na Lei nº 12.973/14. A Lei não alterou substancialmente os assuntos abordados pela MP 627, fazendo-se necessário mencionar dois temas, que de acordo com o nosso entendimento são os principais: (a) A adequação das normas tributárias às novas normas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 (fim do "RTT", com a consequente aproximação das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais *IFRS - International Financial Reporting Standards*); (b) Introdução de novas regras relacionadas à tributação de lucros provenientes de controladas e coligadas no Exterior.

A nova legislação trouxe a opção de sua adoção antecipada para o exercício de 2014 ou a adoção obrigatória a partir de 2015. A Companhia decidiu pela adoção antecipada no exercício de 2014, visto que a adoção em 2015 poderia impactar a distribuição dos dividendos excedentes do resultado de 2014 com a aplicação das novas regras, um dos principais pontos introduzidos pela Lei nº 12.973/14.

Os efeitos registrados até o ano imediatamente anterior à adoção (31 de dezembro de 2013) serão amortizados ao longo do prazo de concessão da Companhia, conforme prevê a Lei nº 12.973/14 e os efeitos apartir do ano de 2014 já estão enquadrados nas novas normas tributárias.

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do período os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	91.674	77.407
Alíquota	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(31.169)	(26.318)
Juros sobre o capital próprio	2.308	1.674
Despesas indedutíveis	(7)	(4)
Gratificações diretores	(50)	(69)
Incentivos fiscais - PAT	115	1.168
Outros	6	(15)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(28.797)</u>	<u>(23.564)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social correntes	(32.231)	(26.186)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferidos	3.434	2.622

Notas Explicativas

c) Imposto de renda e contribuição social pagos

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Saldo inicial provisão IR/CS	8.938	14.980
Despesa IR/CS corrente DRE	32.231	26.186
Total IR/CS pagos no período	(28.992)	(33.014)
Saldo final provisão IR/CS	12.177	8.152

12. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Impostos sobre faturamento:		
ISS	3.938	4.547
COFINS	2.580	2.890
PIS	549	619
ISS na fonte	352	582
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre prestação de serviços	143	157
INSS fonte	248	396
Outros impostos	1.261	635
	9.071	9.826

13. Debêntures

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Principal corrigido	1.106.354	1.073.283
Remuneração (juros)	43.905	31.609
Custos com emissão de debêntures (*)	(20.701)	(21.683)
	1.129.558	1.083.209
Circulante	41.191	28.746
Não circulante	1.088.367	1.054.463

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Saldo inicial	1.083.209	973.279
Encargos financeiros	46.349	47.882
Saldo final	1.129.558	1.021.161

(*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

Em 31 de dezembro de 2015, os índices financeiros exigidos foram atendidos, conforme demonstrado abaixo:

<u>2ª emissão</u>	<u>Exigido</u>	<u>Medido (*)</u>
(i) Dívida líquida/EBITDA	< 3,5	1,35
(ii) Despesa financeira/EBITDA	>2,0	4,41

(*) Índices não revisados pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

Descrição	2ª emissão
Forma e conversibilidade	Nominativa escritural, não conversíveis em ações
Data da emissão	07/05/13
Quantidade emitida	881 (em duas séries)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$1.000
	R\$881.000
	1ª série - R\$ 200.000
	2ª série - R\$ 681.000
Valor da emissão	
	1ª série - R\$1.301
Valor nominal unitário atualizado em 31 de março de 2016	2ª série - R\$1.307
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª e 2ª série - IPCA
	1ª série - 3,80% a.a. + IPCA
Remuneração (juros e correção)	2ª série - 4,28% a.a. + IPCA
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2024)
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas anuais (15/04/2019 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2022 a 15/04/2024)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	n/a
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.
Local de pagamento	CETIP E BMF&BOVESPA
Instituição responsável pela conta de reserva	n/a
Agente fiduciário	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Garantias	n/a
Cláusula de repactuação das debêntures	Não há cláusulas de repactuação
Classificação de riscos	"brAAA" da Standard & Poors
Índices financeiros exigidos	(i) índices financeiros menores que 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA); e (ii) índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos em relação ao EBITDA com a despesa financeira líquida, tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/03/2016			31/12/2015		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2017	-	(2.394)	(2.394)	-	(3.227)	(3.227)
2018	-	(3.442)	(3.442)	-	(3.442)	(3.442)
2019	125.580	(2.942)	122.638	121.826	(2.942)	118.884
2020	125.579	(2.653)	122.926	121.826	(2.653)	119.173
2021	-	(2.874)	(2.874)	-	(2.874)	(2.874)
2022 a 2024	855.195	(3.680)	851.515	829.631	(3.682)	825.949
	1.106.354	(17.985)	1.088.369	1.073.283	(18.820)	1.054.463

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está destacada a seguir:

Notas Explicativas

	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
2ª emissão						
Debêntures 1ª série	15/04/2013	200.000	(6.892)	193.108	IPCA + 3,80% a.a.	IPCA + 4,25% a.a.
Debêntures 2ª série	15/04/2013	681.000	(23.469)	657.531	IPCA + 4,28% a.a.	IPCA + 4,54% a.a.
		881.000	(30.361)	850.639		

As taxas aplicáveis à remuneração das debêntures listadas foram determinadas através de procedimento de "bookbuilding", que consiste na coleta de intenções de investimento conduzido pelos coordenadores da oferta, nos termos do artigo 44 da Instrução CVM nº 400/03. Esse procedimento tem a finalidade de estabelecer as taxas de juros finais que remunerarão as debêntures e, portanto, não foram apurados prêmios ou deságios quando das emissões dos valores mobiliários listados.

14. Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços de consultoria.

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Balço patrimonial	Natureza	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante e não circulante
		Cientes	Intangível	Contas a pagar
Companhia				
TB Transportadora Betumes Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	5	-
CBB Ind. Com. de Asfalto e Eng. Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	32	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (d)	Controladora direta	22	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	87	-	18
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	-	-	18.765
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A.- Ecopistas (b)	Outras partes relacionadas	1	-	-
Ecovia Caminho do Mar S.A. (c)	Outras partes relacionadas	4	-	-
Total em 31 de março de 2016		114	37	18.783
Total em 31 de dezembro de 2015		69	47.243	9.605

Demonstração do resultado

Companhia	Natureza	Receita	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (d)	Controladora direta	66	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	-	9.299	11.132
Total em 31 de março de 2016		66	9.299	11.132
Total em 31 de março de 2015		58	13.862	7.326

(a) A controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$81.720, o saldo em aberto de R\$18.765 em 31 de março de 2016 tem vencimento em até 45 dias e não está sujeito a encargo financeiro e não foi concedida garantia.

(b) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre as empresas (provisões de 13º salário e férias). Os saldos têm vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a juros nem à atualização monetária e não foram concedidos avais e garantias.

(c) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$43.706, incluindo o aditivo contratual. O prazo para execução destes serviços é de dezembro de 2016 e em 31 de março de 2016 há um saldo de serviços a realizar de R\$31.528. Não há saldos em aberto em 31 de março de 2016.

Notas Explicativas

(d) Locação prédio administrativo para a controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. O valor mensal da locação é de R\$22 (R\$20 em 31 de dezembro de 2014).

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia não tinha concedido aval a nenhuma parte relacionada.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2016 no montante R\$920 (R\$1.147 em 31 de dezembro de 2015).

A remuneração dos administradores nos períodos está demonstrada a seguir:

	31/03/2016	31/03/2015
Remuneração (fixa/variável)	179	297
Plano de opção com base em ações (vide Nota Explicativa nº 20.d)	-	62
Previdência privada	11	13
	190	372

15. Provisão para manutenção

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 14,71% ao ano, correspondente à taxa média ponderada das captações de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada seis anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2014	Adição	Pagamento	Efeito financeiro	31/03/2015
Constituição da provisão para manutenção	340.787	12.383	-	-	353.170
Efeito do valor presente sobre a constituição	(52.978)	(1.772)	-	-	(54.750)
Realização da manutenção	(241.828)	-	(7.365)	-	(249.193)
Ajuste a valor presente - realizações	26.690	-	-	1.864	28.554
	72.671	10.611	(7.365)	1.864	77.781
Circulante	18.497				16.277
Não circulante	54.174				61.504

Notas Explicativas

	31/12/2015	Adição	Pagamento	Efeito financeiro	31/03/2016
Constituição da provisão para manutenção	402.784	11.242	-	-	414.026
Efeito do valor presente sobre a constituição	(64.890)	(3.031)	-	-	(67.921)
Realização da manutenção	(285.913)	-	(7.288)	-	(293.201)
Ajuste a valor presente - realizações	34.274	-	-	2.685	36.959
	86.255	8.211	(7.288)	2.685	89.863
Circulante	19.289				14.325
Não circulante	66.966				75.538

16. Provisão para construção de obras futuras

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível. Os valores são ajustados a valor presente à taxa de 10,45% ao ano, correspondentes à taxa média ponderada das captações de empréstimos.

Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2014	Efeito financeiro	31/03/2015
Constituição da provisão para obras futuras	7.909	-	7.909
Efeito do valor presente sobre constituição	(6.041)	-	(6.041)
Realização da construção	(4.238)	-	(4.238)
Ajuste a valor presente - realizações	4.807	43	4.850
	2.437	43	2.480
Não circulante	2.437		2.480
	31/12/2015	Efeito financeiro	31/03/2016
Constituição da provisão para obras futuras	7.909	-	7.909
Efeito do valor presente sobre constituição	(6.041)	-	(6.041)
Realização da construção	(4.238)	-	(4.238)
Ajuste a valor presente - realizações	4.977	42	5.019
	2.607	42	2.649
Não circulante	2.607		2.649

17. Obrigações com o poder concedente

	31/03/2016	31/12/2015
Parcelas fixas (a)	37.283	39.378
Parcelas variáveis (b)	1.204	1.384
	38.487	40.762
Circulante	19.136	18.641
Não circulante	19.351	22.121

Notas Explicativas

- a) De acordo com o Contrato de Concessão da Companhia, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em 31 de março de 2016, restam 25 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 89,58% do total (88,33% em 31 de dezembro de 2015).

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente e a Deliberação CVM nº 564/08, foi introduzido o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações das obrigações com o Poder Concedente considerando uma taxa de desconto de 9,50% ao ano, similar à taxa de juros atribuída às operações da segunda e terceira séries da primeira emissão das debêntures, também atualizadas monetariamente pelo IGP-M. Foi revertido ao resultado do período findo em 31 de março de 2016 o desconto de R\$1.110 (R\$890 em 31 de março de 2015), somado à atualização monetária do direito de outorga de R\$969 (R\$871 em 31 de março de 2015), e foi totalizado o valor líquido de R\$2.079 (R\$1.761 em 31 de março de 2015) de variações financeiras do direito de outorga, registrado na rubrica "Resultado financeiro".

- b) A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em um percentual 3% da receita de arrecadação do pedágio. Até 30 de junho de 2013 esse percentual era de 3%. A partir dessa data, conforme publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 27 de julho de 2013, a alíquota passou a ser 1,5%.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
2017	17.848	16.579
2018	1.503	5.542
	<u>19.351</u>	<u>22.121</u>

A movimentação está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Saldo inicial	40.762	49.671
Variação monetária sobre as obrigações com o Poder Concedente	2.079	1.761
Custo (vide Nota Explicativa nº 22)	3.659	3.490
Pagamento principal e atualização	(8.013)	(7.653)
Saldo final	<u>38.487</u>	<u>47.269</u>

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de março de 2016, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

<u>Natureza dos custos</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
	<u>Previsão de</u>	<u>Previsão de</u>
	<u>2016-2018</u>	<u>2016-2018</u>
Melhorias na infraestrutura	173.500	171.856
Conservação especial (manutenção)	263.832	263.660
Equipamentos	45.578	44.418

18. Obrigações sociais

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Salários e outras obrigações a pagar	649	2.168
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher	501	486
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	98	148
Contribuição sindical a recolher	31	1
IRRF a recolher	408	159
Provisão de férias e encargos sobre férias	2.493	2.369
Provisão de 13º salário e encargos sobre 13º salário	427	-
	<u>4.607</u>	<u>5.331</u>

Notas Explicativas

19. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (c)	Tributárias (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	51.440	6.071	4.653	62.164
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	500	708	255	1.463
(-) Pagamentos	(222)	(1.424)	(8)	(1.654)
(+) Atualização monetária	1.460	134	18	1.612
Saldos em 31 de março de 2015	53.178	5.489	4.918	63.585
	Cíveis (a)	Trabalhistas (c)	Tributárias (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	59.934	3.751	5.340	69.025
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	54	349	211	614
(-) Pagamentos	(108)	(226)	-	(334)
(+) Atualização monetária	1.957	671	185	2.813
Saldos em 31 de março de 2016	61.837	4.545	5.736	72.118

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam, em 31 de março de 2016, R\$8.551 (R\$10.249 em 31 de dezembro de 2015), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

- A principal causa provável é uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Companhia, por entender que a Concessionária não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Os pedidos pleiteados pelo Ministério Público em sede de tutela antecipada foram rejeitados e foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto para reverter essa decisão. A pedido da Companhia foi realizada audiência de conciliação em abril de 2013 para tentativa de acordo judicial, a qual restou infrutífera. Atualmente, a ação civil pública está aguardando o início da perícia (não há qualquer decisão judicial). Em razão da possibilidade de composição judicial e da probabilidade de perda avaliada como provável, foi provisionado o valor de R\$30.920 em 30 de setembro de 2013 (em 31 de março de 2016 este valor atualizado é de R\$46.715, sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "Contratos de concessão". A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão" foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente. Em 29 de setembro de 2014 foi realizado depósito judicial no montante de R\$38.828, sendo que para 31 de março de 2016, o valor atualizado desse depósito judicial é de R\$45.258.

(b) Processos tributários

O valor provisionado corresponde principalmente a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos. Em 31 de março de 2016, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$18.107 (R\$20.542 em 31 de dezembro de 2015), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

(c) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processo de valor individual relevante. Em 31 de março de 2016, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$12.371 (R\$12.331 em 31 de dezembro de 2015), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

Durante o mês de agosto de 2015 foi publicada decisão do Tribunal Superior do Trabalho - TST que alterou o índice de correção monetária das reclamações trabalhistas, sendo que a Taxa Referencial Diária (TR) anteriormente utilizada foi substituída para IPCA-E acrescidos dos juros de 12% ao ano, devendo ser utilizada para correção das reclamações trabalhistas de forma retroativa, desde 30 de junho de 2009. Em decisão em setembro de 2015, o Supremo Tribunal de Justiça concedeu liminar à determinada entidade de classe para a suspensão das correções pelo IPCA-E como determinado pelo Tribunal Superior do Trabalho, dando provimento à tese de discussão sobre a adequação da aplicação da referida correção.

O entendimento dos consultores legais da Companhia é que há ampla tese de defesa que determinam que a Companhia logrará êxito para a não aplicação do índice de correção IPCA-E, sendo que no seu entendimento, esse processo tem probabilidade de êxito possível.

Notas Explicativas

20. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o capital social subscrito é de R\$314.052 e representado por 270.386.120 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo a parcela a integralizar de R\$11.505.

b) Capital autorizado

Conforme o artigo 5º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social em até 52.965.000 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

c) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a reserva de lucros legal atingiu o limite de 20% do capital social no montante de R\$60.509.

d) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em AGE da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado um Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo EcoRodovias. O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com os Administradores baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais da data da sua outorga.

O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido como “despesa de pessoal”, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição).

O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído, sendo esta diluição aplicável para controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., responsável pela outorga do plano.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da EcoRodovias Infraestrutura, de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar diretores estatutários da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas Explicativas

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social, efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura. Essas ações deverão ser apenas ações em tesouraria.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente, que seja escolhido pela Assembleia Geral da EcoRodovias Infraestrutura.

O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. disponibilizou 372.846 ações ordinárias para esse plano, conforme a seguir:

Data	1ª outorga 31/08/2010	2ª outorga 22/03/2011	3ª outorga 23/03/2012	4ª outorga 25/04/2013	5ª outorga 28/04/2014
Quantidade de opções de ações	23.404	28.516	30.587	68.852	221.487
Preço no período - R\$ por ação	R\$9,95	R\$13,06	R\$13,58	R\$17,51	R\$12,18
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Durante o período findo em 31 de março de 2016, não foi reconhecida a provisão adicional na rubrica prêmio de opções (R\$62 em 31 de março de 2015).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão, as quais serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	1ª outorga	2ª outorga	3ª outorga	4ª outorga	5ª outorga	Total
Em 31 de dezembro de 2010	23.404	-	-	-	-	23.404
Outorgadas	-	28.516	-	-	-	28.516
Exercidas	(5.851)	-	-	-	-	(5.851)
Canceladas	(17.553)	-	-	-	-	(17.553)
Em 31 de dezembro de 2011	-	28.516	-	-	-	28.516
Outorgadas	-	-	30.587	-	-	30.587
Em 31 de dezembro de 2012	-	28.516	30.587	-	-	59.103
Outorgadas	-	-	-	68.852	-	68.852
Em 31 de dezembro de 2013	-	28.516	30.587	68.852	-	127.955
Outorgadas	-	-	-	-	221.487	221.487
Em 31 de dezembro de 2014	-	28.516	30.587	68.852	221.487	349.442
Canceladas (*)	-	(28.516)	(30.587)	(68.852)	(221.487)	(349.442)
Em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	-	-	-
Outorgadas	-	-	-	-	-	-
Em 31 de março de 2016	-	-	-	-	-	-

(*) As opções foram canceladas em março de 2015, devido ao desligamento do beneficiário da Companhia, e conforme prevê o plano, perdeu o direito de exercício das ações. A Companhia optou por não reverter a provisão até a conclusão do plano.

e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

O montante de dividendos pagos em 31 de março de 2016 no valor de R\$67.245 refere-se a: R\$25.800 saldo de dividendos remanescentes de 2015, ainda não aprovados em Assembleia Geral Ordinária; R\$34.847 dividendos intermediários do exercício de 2016, aprovados em reuniões do Conselho de Administração, que submeterão à Assembleia Geral Ordinária em abril de 2017 e R\$4.823 (dos R\$6.789 contabilizados) a título de juros sobre o capital próprio do exercício de 2016. O saldo de R\$1.966 de juros sobre capital próprio está no passivo circulante e será distribuído oportunamente aos acionistas.

21. Receita líquida

	31/03/2016	31/03/2015
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	87.752	80.138
Pedágio por equipamento eletrônico	131.190	130.828
Vale-pedágio	15.064	12.112
Outras	137	176
	<u>234.143</u>	<u>223.254</u>
Receitas com construção	5.086	18.092
Receitas acessórias (a)	9.794	9.428
	<u>14.880</u>	<u>27.520</u>
Receita bruta	249.023	250.774
Deduções de receita (b)	(21.082)	(20.106)
Receita líquida	<u>227.941</u>	<u>230.668</u>

(a) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos, entre outros.

(b) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento. Segue tabela com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita:

	31/03/2016	31/03/2015
Base de cálculo de impostos		
Receitas com arrecadação de pedágio	234.143	223.254
Receitas acessórias	9.794	9.428
	<u>243.937</u>	<u>232.682</u>
Deduções		
COFINS (3%)	(7.319)	(6.980)
PIS (0,65%)	(1.586)	(1.512)
ISS (2% a 5%)	(12.177)	(11.602)
Deduções e abatimentos	-	(12)
	<u>(21.082)</u>	<u>(20.106)</u>

22. Custos e despesas operacionais - por natureza

	31/03/2016	31/03/2015
Pessoal	9.562	8.008
Conservação e manutenção	3.062	3.599
Serviços de terceiros (a)	24.807	25.036
Seguros (vide Nota Explicativa nº 28)	1.347	1.378
Poder concedente (vide Nota Explicativa nº 17)	3.659	3.490
Provisão para manutenção	8.211	10.611
Custos com construção	5.085	18.092
Depreciações e amortizações	31.627	30.280
Locações de imóveis e máquinas	702	795
Outros custos e despesas operacionais	4.110	3.573
	<u>92.172</u>	<u>104.862</u>

Notas Explicativas

Classificados como:

Custo dos serviços prestados	75.731	93.134
Despesas gerais e administrativas	16.441	11.728
	92.172	104.862

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

23. Resultado financeiro

	31/03/2016	31/03/2015
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	8.737	2.748
Variação monetária sobre créditos fiscais	1.998	2.189
Outros	15	1
	10.750	4.938
Juros sobre debêntures	(12.300)	(11.337)
Variação monetária sobre debêntures	(33.071)	(35.423)
Variação monetária sobre direito de outorga	(2.079)	(1.761)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(978)	(1.122)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(2.727)	(1.907)
Variação monetária sobre obrigações fiscais e trabalhistas	(2.822)	(364)
Outras	(859)	(1.421)
	(54.836)	(53.335)
Resultado financeiro	(44.086)	(48.397)

24. Lucro por ação

d) Lucro básico

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	31/03/2016	31/03/2015
Lucro do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	62.877	53.843
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	270.386	270.386
Lucro básico por ação das operações continuadas	0,23	0,20

e) Lucro diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, divulgada na Nota Explicativa 20.d, pois o plano de opção é da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

25. Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

Notas Explicativas

A Companhia tem como política a distribuição de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. Em 31 de março de 2016, a PLR foi de R\$449 (R\$946 em 31 de março de 2015), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de juros.

Índices de endividamento

	31/03/2016	31/12/2015
Dívida (i)	1.168.045	1.123.971
Caixa e equivalentes de caixa	(272.661)	(209.104)
Dívida líquida	895.384	914.867
Patrimônio líquido (ii)	385.007	389.566
Índice de endividamento líquido	2,33	2,35

(i) A dívida é definida como debêntures e obrigações com o Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nº 13 e 17.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Notas Explicativas

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras: são formadas por CDBs e fundos de investimentos e renda fixa, remunerados à taxa de 100,3% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Debêntures e obrigações com o Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de março de 2016 são como segue:

		<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:			
Caixa e bancos (ii)	Empréstimos e recebíveis	5.137	5.137
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	63.075	63.075
Aplicações financeiras (ii)	Empréstimos e recebíveis	267.524	267.524
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	8.970	8.970
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	1.129.558	1.129.558
Obrigações com o Poder Concedente	Outros passivos financeiros	38.487	39.006

(i) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(ii) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.

(iii) As debêntures aproximam-se do valor justo na data do balanço.

b) *Risco de taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

Notas Explicativas

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) *Risco de crédito*

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de março de 2016, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$48.471 (R\$51.367 em 31 de dezembro de 2015), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

d) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Obrigações com o Poder Concedente	IGP-M	18.681	20.842	7.751	-
Debêntures	IPCA + 3,80% a.a.	19.592	11.320	12.648	362.289
Debêntures	IPCA + 4,28% a.a.	75.132	43.412	48.504	1.965.463

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, do IPCA e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

Notas Explicativas

Operação	Risco	Juros a incorrer (*)		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras	Baixa do CDI	28.323	21.242	14.1161
Juros sobre as debêntures	Alta do IPCA	(92.936)	(93.977)	(95.020)
Juros sobre obrigações com o Poder Concedente	Alta do IGP-M	(108)	(135)	(162)
Juros a incorrer, líquidos		(64.721)	(72.870)	(45.979)

(*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI	13,25%	9,94%	6,63%
IPCA	7,25%	9,06%	10,88%
IGP-M	7,20%	9,65%	11,58%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

27. Plano de previdência privada

A Companhia possui Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e Administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. Em 31 de março de 2016, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$108 (R\$86 em 31 de março de 2015), registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

28. Seguros contratados

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 31 de março de 2016, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Seguro-garantia	Maio de 2015 a maio de 2016	305.297
Responsabilidade civil	Maio de 2015 a maio de 2016	82.036
"All Risks" - danos materiais	Maio de 2015 a maio de 2016	5.243.541
"All Risks" - Equipamentos	Julho de 2015 a julho de 2016	113
"All Risks" - Perda de receita	Maio de 2015 a maio de 2016	905.188
"All Risks" - Manut. Conserv.	Maio de 2015 a maio de 2016	83.968
Veículos	Junho de 2015 a junho de 2016	Tabela Fipe

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

São Bernardo do Campo - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado - DVA referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 5 de maio de 2016.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Luiz C. Passetti

Contador CRC-1SP144343/O-3